

Itinerários Formativos No Novo Ensino Médio E Os Desafios Para A Educação No Brasil

Ricardo Santos De Almeida

Universidade Estadual De Alagoas

Maurício Aires Vieira

Universidade Federal Do Pampa - Unipampa

Eliana Cerqueira De Oliveira

Universidad Interamericana

Maria Erivalda Dos Santos Torres

Universidade Federal De Pernambuco

Sara Ingrid Borba

Universidade Federal Da Paraíba

Krisley Karol De Lima Da Silva

Universidade Do Estado Do Amazonas-Uea

Antonio Pereira Da Silva Junior

Universidade De Santa Cruz Do Sul - Unisc

Crislaine Da Silva Xavier

Universidade De Pernambuco (Upe)

Elizete Jankoski Nogatz

Universidade Federal Da Fronteira Sul-Uffs

Jose Willen Brasil Lima

Universidade Federal Do Pará

Resumo:

O objetivo desta pesquisa foi analisar os desafios dos itinerários formativos no novo ensino médio brasileiro. Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se o método de revisão sistemática. O levantamento de busca ocorreu nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, onde foram selecionados somente artigos disponíveis por completo, em português e publicados entre os anos de 2019 e 2023. Como resultado, constatou-se a complexidade e os desafios enfrentados na implementação dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio no Brasil. Apesar da promessa de liberdade de escolha, essa liberdade é ilusória devido às limitações estruturais das escolas e à predominância dos interesses econômicos sobre a finalidade educacional. Isso resulta na perpetuação de desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais nas instituições de ensino. A submissão dos itinerários ao mercado de trabalho levanta preocupações sobre a formação dos jovens, priorizando uma preparação para um mercado precário em detrimento de uma educação abrangente. A falta de avaliação adequada das necessidades dos estudantes e a falta de integração entre as etapas da educação básica contribuem para a fragmentação do sistema educacional e a perpetuação das desigualdades. Diante disso, é necessário repensar as políticas educacionais visando uma educação que promova equidade, inclusão social e desenvolvimento integral dos estudantes, exigindo mudanças estruturais e uma transformação na concepção e valorização da educação na sociedade brasileira. Isso requer um compromisso conjunto entre governos,

instituições de ensino, profissionais da educação, estudantes e comunidades para construir um sistema educacional que atenda às necessidades e aos direitos de todos os jovens brasileiros.

Palavras-chave: *Itinerários formativos; Novo Ensino Médio; Educação.*

Date of Submission: 04-03-2024

Date of Acceptance: 14-03-2024

I. Introdução

O novo ensino médio no Brasil teve sua origem a partir da promulgação da Lei nº 13.415/2017, também conhecida como a Reforma do Ensino Médio. Esta reformulação foi concebida como uma resposta às demandas por mudanças significativas no sistema educacional do país, visando adequá-lo às necessidades e desafios contemporâneos. Surgiu em um contexto de críticas em relação ao modelo tradicional do ensino médio, que se mostrava inadequado para preparar os estudantes para os desafios do mundo moderno e para as exigências do mercado de trabalho (SILVA; BOUTIN, 2018).

A Reforma do Ensino Médio foi elaborada com base em um amplo debate sobre os rumos da educação brasileira, considerando aspectos como a necessidade de flexibilização curricular, a valorização de habilidades e competências essenciais para a formação integral dos estudantes, e a importância de promover uma educação mais conectada com a realidade e os interesses dos jovens. Dentre as principais mudanças propostas, destaca-se a introdução dos chamados "itinerários formativos", que permitem aos alunos escolherem parte de seus estudos de acordo com suas preferências e aptidões (SUSSEKING, 2019).

Os itinerários formativos oferecem aos estudantes a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas, como linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e ensino técnico-profissionalizante. Essa flexibilização curricular foi pensada como uma forma de tornar o ensino médio mais atrativo e relevante para os alunos, possibilitando uma educação mais personalizada e alinhada com seus interesses e projetos de vida. Além disso, busca-se com essa abordagem preparar os estudantes não apenas para o prosseguimento dos estudos, mas também para o ingresso no mercado de trabalho e para a vida em sociedade (PACHECO; CORDEIRO, 2023).

Os itinerários formativos, embora tragam a perspectiva de uma educação mais flexível e alinhada com os interesses dos estudantes, enfrentam desafios significativos em sua implementação. Um dos principais desafios é garantir a adequada estruturação e oferta dos diferentes itinerários formativos nas escolas, considerando a disponibilidade de recursos materiais, humanos e financeiros. A diversidade de opções demanda uma infraestrutura educacional robusta, capaz de atender às necessidades específicas de cada área de conhecimento e garantir uma formação de qualidade para todos os estudantes (FURTADO; SILVA, 2020).

Além disso, a formação e capacitação dos professores para atuarem nos diferentes itinerários formativos é outro desafio relevante. É necessário oferecer formação continuada e especializada aos docentes, preparando-os para desenvolverem práticas pedagógicas adequadas às demandas de cada área de conhecimento e às características individuais dos estudantes. A valorização e reconhecimento do trabalho dos professores que atuam nos itinerários formativos também são aspectos importantes a serem considerados para o sucesso dessa abordagem (PEREIRA; CORTES, 2022).

Outro desafio diz respeito à orientação vocacional e acompanhamento dos estudantes na escolha e trajetória pelos itinerários formativos. É fundamental oferecer suporte adequado aos alunos para que possam tomar decisões informadas e alinhadas com seus interesses e projetos de vida. Isso requer a implementação de políticas e práticas de orientação vocacional eficazes, bem como o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação do progresso dos estudantes ao longo de sua trajetória educacional. Assim, os desafios enfrentados na implementação dos itinerários formativos demandam um esforço conjunto de diversos atores, incluindo gestores escolares, professores, alunos, famílias e órgãos governamentais, para garantir uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade para todos (FURTADO; SILVA, 2020).

Diante deste contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar os desafios dos itinerários formativos no novo ensino médio brasileiro. Espera-se que os resultados desta pesquisa forneçam insights valiosos para gestores educacionais, formuladores de políticas públicas e profissionais da área da educação sobre os principais obstáculos enfrentados na inserção e efetivação dos itinerários formativos nas escolas. Além disso, espera-se que as conclusões deste estudo possam subsidiar a elaboração de estratégias e diretrizes mais eficazes para superar tais desafios, contribuindo para a melhoria da qualidade e da equidade educacional no país.

II. Materiais E Métodos

Esta pesquisa foi conduzida através de uma revisão sistemática da literatura, um método de pesquisa que busca identificar, avaliar e sintetizar todas as evidências relevantes disponíveis sobre um determinado tópico. A revisão sistemática é uma abordagem rigorosa e transparente que visa minimizar o viés na seleção e interpretação dos estudos incluídos. A escolha desta pesquisa se justifica pela necessidade de obter uma compreensão

abrangente e atualizada sobre o tema em questão, garantindo uma análise completa das informações disponíveis na literatura.

Para conduzir a revisão sistemática, foram seguidas as diretrizes do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), um conjunto de diretrizes internacionalmente reconhecido para relatar revisões sistemáticas e meta-análises. O levantamento de busca ocorreu nas plataformas Scielo e Google Acadêmico. Foram utilizadas palavras-chave e operadores booleanos "AND" e "OR" para realizar a busca dos estudos relevantes nas bases de dados eletrônicas. As palavras-chave foram selecionadas com base no tema da pesquisa e incluíram termos relacionados aos itinerários formativos do Novo Ensino Médio.

Os critérios de inclusão adotados para a seleção dos estudos foram os seguintes: os artigos deveriam estar disponíveis por completo na internet, publicados em português e compreendidos no período entre os anos de 2019 e 2023. Esta faixa de tempo foi selecionada para garantir a inclusão de estudos recentes e relevantes para a análise do tema em questão.

Após a seleção dos estudos, os dados foram analisados de forma sistemática e criteriosa. Foi realizada uma avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos e uma síntese dos principais achados. Os dados foram organizados e apresentados de maneira clara e objetiva, permitindo uma análise abrangente e uma interpretação dos resultados de acordo com os objetivos da pesquisa. Como resultado, foram selecionados 5 artigos científicos.

Os dados obtidos foram organizados e tabulados em uma planilha no Excel, facilitando a visualização e comparação das informações entre os diferentes estudos. Cada artigo foi representado por uma linha na planilha, e as colunas foram utilizadas para registrar os principais aspectos abordados em cada estudo, como objetivos, metodologia, resultados e conclusões.

III. Resultados E Discussões

Como resultado desta revisão sistemática, foram selecionados 5 artigos científicos. O quadro 1 evidencia os artigos que trazem uma perspectiva crítica em relação aos itinerários formativos.

Quadro 1. Artigos selecionados na revisão sistemática

Autores	Objetivo	Metodologia	Conclusão
Cássio e Goulart (2022)	Analisar a promessa de 'liberdade de escolha' feita a estudantes brasileiros/as com a Lei n. 13.415/2017	Pesquisa quantitativa	O texto critica os itinerários formativos ao analisar a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) em São Paulo. Aponta que a liberdade de escolha prometida pela reforma do ensino médio é uma falácia, pois as condições materiais das escolas prevalecem sobre as decisões individuais dos estudantes na oferta dos itinerários formativos. Essa limitação já era esperada por especialistas em educação e foi corroborada pelos documentos da Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Consed. A análise dos dados revela que a liberdade de escolha é estritamente limitada pelas condições materiais da rede de ensino, o que perpetua desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais nas escolas. O texto argumenta que, uma vez que essas condições não são substancialmente alteradas pela reforma, a liberdade de escolha continua sendo um privilégio para os estudantes das elites e das classes médias, enquanto os mais pobres enfrentam condições inferiores de escolarização. Além disso, critica-se o uso ideológico da liberdade de escolha como elemento de propaganda para a reforma do ensino médio. Apesar da maioria dos respondentes ser favorável à ampliação da liberdade de escolha e à melhoria da qualidade das escolas, a pesquisa sugere que essa retórica serve para ocultar a limitação material da escolha igualitária e perpetuar condições desiguais na educação.
Silva e Calçada (2023)	Dar publicidade aos resultados de pesquisa que analisou as propostas curriculares das 16 unidades da federação que haviam concluído a adequação até dezembro de 2021, problematizando-as a partir da relação entre juventude, itinerários formativos e escolarização	Estudo documental de abordagem qualitativa	O texto apresenta uma crítica aos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, apontando que, embora possam parecer atrativos à primeira vista por oferecerem flexibilidade na formação e algumas opções de escolha aos jovens, na prática resultam em uma formação ainda mais fragmentada e superficial. A inclusão da formação técnica e profissional como um dos itinerários formativos não garante uma habilitação profissional adequada, especialmente quando ofertada na modalidade a distância, o que pode resultar em uma formação precarizada. Além disso, a diversificação das formas de oferta e dos formatos curriculares sugere uma possível secundarização da formação geral básica, o que pode prejudicar o acesso ao ensino superior. O texto também critica a falta de avaliação séria e responsável das necessidades dos jovens brasileiros no processo de reforma do ensino médio, além de destacar a ausência de integração entre as etapas da educação básica e a falta de consideração pela condição juvenil contemporânea, caracterizada por desafios como incerteza do futuro e desemprego crescente. Por fim, menciona que, diante das

			intensas mobilizações pela revogação do Novo Ensino Médio, o Ministério da Educação anunciou a intenção de promover alterações, incluindo a redução do número de itinerários com alguma padronização de abrangência nacional.
Lopes (2019)	Discutir as relações entre disciplinas escolares e propostas de integração nas políticas de currículo, com foco na proposta de itinerários formativos e de organização por competências da Base Nacional Comum Curricular para o ensino médio, destacando alguns efeitos que produzem nas identificações docentes, bem como as tentativas de controle dos projetos de vida dos estudantes.	Pesquisa bibliográfica	O texto aborda a interpretação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio, destacando a preocupação com a percepção de que a educação pode ser vista como uma ameaça à família brasileira e seus valores, especialmente no que se refere aos itinerários formativos. Essa visão cria inimigos a serem combatidos e alimenta discursos salvacionistas que prometem impedir a desordem e a destruição das identidades sociais. A desconstrução desses discursos exigirá mais do que simples oposição ou resistência, mas sim a reinvenção de formas de fazer política que desafiem tanto a ideia de horror quanto a ideia de salvação com as quais estamos sendo subjetivados. Em suma, o texto aponta para a necessidade de enfrentar os desafios impostos pela polarização política e pela demonização da educação, reconhecendo que isso requer uma abordagem complexa e multifacetada, especialmente no que diz respeito à implementação dos itinerários formativos propostos pela BNCC.
Lima e Zanelatto (2023)	Analisar as implicações do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular na reforma do currículo e da oferta da educação profissional técnica de nível na rede pública estadual de Santa Catarina	Pesquisa documental	O texto critica os itinerários formativos do Novo Ensino Médio (NEM) por sua submissão ao mercado de trabalho e por enfatizarem uma formação profissional baseada em novas competências, em detrimento de uma formação mais ampla e integrada. Esses itinerários são vistos como promotores de uma perspectiva individualizada, centrada na busca pela inserção profissional, especialmente através do empreendedorismo. Ao destacar a subordinação dos itinerários formativos aos interesses empresariais, o texto ressalta que a educação profissional oferecida pelo NEM tende a preparar os estudantes para um mercado de trabalho precário e flexível, em vez de proporcionar uma formação sólida e abrangente. Essa ênfase nos itinerários formativos é considerada uma das principais características das reformas educacionais, contribuindo para uma educação subordinada aos interesses do mercado e limitando as oportunidades de continuidade dos estudos para os estudantes da classe trabalhadora.
Costa e Dias (2021)	Discutir a respeito da concepção de educação profissional na Reforma do Ensino Médio, no intuito de compreender o sentido da inserção da profissionalização no currículo do ensino médio regular, enfatizando os itinerários formativos.	Discussão teórica e análise documental	A crítica aos itinerários formativos se baseia na percepção de que as políticas educacionais para o ensino médio estão mais preocupadas com a lógica econômica do que com a finalidade essencial da educação. Os itinerários são vistos como uma forma de preparar os jovens para o mercado de trabalho, enfatizando a capacidade de adaptação às demandas sociais, econômicas e tecnológicas, em vez de promover uma formação integral e autônoma. Essa crítica é reforçada pela aparente contradição entre a promoção de trabalhos colaborativos e a defesa da competitividade do mercado de trabalho nos documentos oficiais da reforma. Conclui-se que, ao estreitar a relação entre a educação pública e aspectos econômicos, a reforma resultará em um ensino precário e ilusório para os jovens das camadas populares, afetando negativamente as escolas públicas. Essa crítica não se limita à transposição de valores empresariais para a educação, mas abrange qualquer forma de ensino que não busque a autonomia e o desenvolvimento pleno do potencial humano.

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O artigo de Cássio e Goulart (2022) apresenta uma análise crítica da implementação dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio (NEM) em São Paulo, destacando como a promessa de liberdade de escolha é, na prática, uma falácia. A principal crítica recai sobre o fato de que, apesar da suposta liberdade de escolha, as condições materiais das escolas acabam prevalecendo sobre as decisões individuais dos estudantes na oferta dos itinerários formativos. Isso significa que a liberdade de escolha é estritamente limitada pelas condições estruturais da rede de ensino, o que, por sua vez, perpetua desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais dentro das escolas.

Os autores apontam que essa limitação já era esperada por especialistas em educação e foi confirmada pelos documentos da Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Consed. A partir da análise dos dados, o texto destaca que a liberdade de escolha acaba sendo um privilégio para os estudantes das elites e das classes médias, enquanto os mais pobres enfrentam condições inferiores de escolarização. Isso revela que a promessa de liberdade de escolha não se traduz em igualdade de oportunidades educacionais.

Além disso, o texto critica o uso ideológico da liberdade de escolha como elemento de propaganda para a reforma do ensino médio. Embora a maioria dos respondentes seja favorável à ampliação da liberdade de escolha

e à melhoria da qualidade das escolas, a pesquisa sugere que essa retórica serve para mascarar a limitação real da escolha igualitária e perpetuar condições desiguais na educação.

O texto de Silva e Calçada (2023) oferece uma análise crítica dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio, destacando várias falhas e preocupações em relação à sua implementação e impacto na educação dos jovens brasileiros.

Uma das críticas centrais é que, apesar de aparentemente oferecerem mais flexibilidade e opções de escolha aos estudantes, na prática os itinerários acabam resultando em uma formação ainda mais fragmentada e superficial. Uma das preocupações levantadas é em relação à inclusão da formação técnica e profissional como um dos itinerários formativos. Argumenta-se que essa inclusão não garante uma habilitação profissional adequada, especialmente quando oferecida na modalidade a distância, o que poderia resultar em uma formação precarizada para os estudantes. Além disso, a diversificação das formas de oferta e dos formatos curriculares sugere uma possível secundarização da formação geral básica, o que poderia prejudicar o acesso dos alunos ao ensino superior.

Outro ponto crítico abordado no texto é a falta de uma avaliação séria e responsável das necessidades dos jovens brasileiros no processo de reforma do ensino médio. Destaca-se também a ausência de integração entre as etapas da educação básica e a falta de consideração pela condição juvenil contemporânea, marcada por desafios como incerteza em relação ao futuro e aumento do desemprego.

Por fim, o texto menciona que, diante das intensas mobilizações pela revogação do Novo Ensino Médio, o Ministério da Educação anunciou a intenção de promover alterações, incluindo a redução do número de itinerários com alguma padronização de abrangência nacional. Essa resposta do governo sugere um reconhecimento das críticas e uma possível tentativa de corrigir algumas das falhas apontadas no modelo atual. No entanto, o texto deixa claro que há ainda muito a ser feito para garantir uma educação média de qualidade e equidade para todos os jovens brasileiros.

Lopes (2019) oferece uma análise profunda sobre a interpretação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio, destacando uma preocupação crucial: a percepção de que a educação pode ser vista como uma ameaça à família brasileira e seus valores, especialmente no contexto dos itinerários formativos. Essa visão, segundo o autor, gera uma narrativa que identifica inimigos a serem combatidos e alimenta discursos salvacionistas que prometem proteger contra a desordem e a suposta destruição das identidades sociais.

O autor argumenta que a desconstrução desses discursos não pode se limitar à simples oposição ou resistência, mas requer a reinvenção de formas de fazer política que desafiem tanto a ideia de horror quanto a de salvação com as quais estamos sendo subjetivados. Isso implica em um reconhecimento da complexidade dos desafios impostos pela polarização política e pela demonização da educação.

Os autores Lima e Zanelatto (2023) oferecem uma crítica contundente aos itinerários formativos do Novo Ensino Médio (NEM), apontando sua submissão aos interesses do mercado de trabalho e sua ênfase na formação profissional em detrimento de uma formação mais ampla e integrada. Uma das principais críticas é dirigida à perspectiva individualizada promovida pelos itinerários formativos, que são centrados na busca pela inserção profissional, especialmente através do empreendedorismo. Essa abordagem é vista como uma resposta aos interesses empresariais, que buscam preparar os estudantes para um mercado de trabalho precário e flexível, ao invés de proporcionar uma formação sólida e abrangente que promova o desenvolvimento pleno dos alunos.

Os autores destacam que essa ênfase nos itinerários formativos reflete uma das características centrais das reformas educacionais, que tendem a subordinar a educação aos interesses do mercado, limitando as oportunidades de continuidade dos estudos para os estudantes da classe trabalhadora. Em vez de promover a equidade e a inclusão social, essas reformas acabam reforçando as desigualdades existentes, ao privilegiar uma formação voltada para as demandas imediatas do mercado em detrimento de uma educação que promova o desenvolvimento humano integral.

O artigo de Costa e Dias (2021) oferece uma crítica incisiva aos itinerários formativos do ensino médio, destacando a predominância da lógica econômica sobre a finalidade essencial da educação. Os autores argumentam que tais políticas educacionais têm como principal preocupação a preparação dos jovens para o mercado de trabalho, enfatizando sua capacidade de adaptação às demandas sociais, econômicas e tecnológicas, em detrimento da promoção de uma formação integral e autônoma.

Uma das principais contradições apontadas no texto é entre a promoção de trabalhos colaborativos e a defesa da competitividade do mercado de trabalho nos documentos oficiais da reforma. Essa contradição sugere que os itinerários formativos podem estar mais alinhados com as demandas do mercado do que com uma educação que valorize a cooperação e a solidariedade entre os estudantes.

Os autores concluem que ao estreitar a relação entre a educação pública e aspectos econômicos, a reforma do ensino médio tende a resultar em um ensino precário e ilusório para os jovens das camadas populares, prejudicando especialmente as escolas públicas. Essa crítica vai além da simples transposição de valores empresariais para a educação, abrangendo qualquer forma de ensino que não busque promover a autonomia e o desenvolvimento pleno do potencial humano dos estudantes.

IV. Conclusão

Diante das análises críticas apresentadas, torna-se evidente a complexidade e os desafios envolvidos na implementação dos itinerários formativos do Novo Ensino Médio (NEM) no contexto brasileiro. A promessa de liberdade de escolha, embora seja um princípio louvável, revela-se como uma ilusão diante das limitações estruturais das escolas e da predominância dos interesses econômicos sobre a finalidade essencial da educação. Essa falta de igualdade de oportunidades educacionais reflete-se na perpetuação de desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais dentro das instituições de ensino.

Além disso, a submissão dos itinerários formativos aos interesses do mercado de trabalho levanta preocupações sobre a formação dos jovens brasileiros, enfatizando a preparação para um mercado precário e flexível em detrimento de uma educação sólida e abrangente. A falta de avaliação adequada das necessidades dos estudantes e a ausência de integração entre as etapas da educação básica contribuem para a fragmentação do sistema educacional e para a perpetuação das desigualdades existentes.

Diante dessas constatações, torna-se imperativo repensar as políticas educacionais e os modelos de ensino propostos, visando uma educação que promova a equidade, a inclusão social e o desenvolvimento integral dos estudantes. Isso requer não apenas mudanças estruturais nas escolas, mas também uma transformação na forma como a educação é concebida e valorizada na sociedade brasileira. Somente através de um compromisso conjunto entre governos, instituições de ensino, profissionais da educação, estudantes e comunidades será possível construir um sistema educacional que atenda verdadeiramente às necessidades e aos direitos de todos os jovens brasileiros.

Referências

- [1]. Cássio, F.; Goulart, D. C. Itinerários Formativos E "Liberdade De Escolha". *Retratos Da Escola*, V. 16, N, 35, 2022.
- [2]. Costa, H. P.; Dias, V. E. M. A Profissionalização Generalizada Na Reforma Do Ensino Médio. *Revista Trabalho Necessário*, V. 19, N. 39, 2021.
- [3]. Furtado, R. S.; Silva, V. V. A. A Reforma Em Curso No Ensino Médio Brasileiro E A Naturalização Das Desigualdades Escolares E Sociais. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, V.18, N.1, P. 158-179 Jan./Mar. 2020.
- [4]. Lima, R. C.; Zanelatto, J. H. O Novo Ensino Médio E O Itinerário Formativo Da Educação Técnica E Profissional No Contexto Catarinense. *SciELO Preprints*, 2023.
- [5]. Lopes, A. C. Itinerários Formativos Na Bncc Do Ensino Médio: Identificações Docentes E Projetos De Vida Juvenis. *Revista Retratos Da Escola*, Brasília, V. 13, N. 25, P. 59-75, Jan./Mai. 2019.
- [6]. Pacheco, J. F.; Cordeiro, M. J. J. A. Ensino Médio Com Itinerários Formativos: Uma Análise Da Nova Proposta Sob A Perspectiva Da Formação Integral. *Revista Ft*, 2023.
- [7]. Pereira, A. M. S.; Cortes, G. R. O. Itinerários Formativos Na Bncc: Sentidos Em Mídias Digitais. *Revista Letras Raras*, Campina Grande, V. 11, N. 2, P. 185–214, 2022.
- [8]. Silva, K. C. J. R.; Boutin, A. C. Novo Ensino Médio E Educação Integral: Contextos, Conceitos E Polêmicas Sobre A Reforma. *Educação*, Santa Maria, V. 43, N. 3, P. 521-534, Jul./Set. 2018.
- [9]. Silva, M. R.; Calçada, G. E. C. Juventudes, Novo Ensino Médio E Itinerários Formativos: O Que Propõem Os Currículos Das Redes Estaduais. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, V. 49, E271803, 2023.
- [10]. Susseking, M. L. A Bncc E O “Novo” Ensino Médio: Reformas Arrogantes, Indolentes E Malévolas. *Retratos Da Escola*, 13(25), 91–107, 2019.